



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA
POLÍCIA CIVIL
ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL

EDITAL Nº 08/2006

CONCURSO PÚBLICO DE INGRESSO
NA CARREIRA DE

DELEGADO DE POLÍCIA

PROVA DISCURSIVA – FASE INTERMEDIÁRIA
SÁBADO – 25 DE NOVEMBRO

– TARDE –

MATÉRIA	QUESTÕES
Direito Penal	01 a 05
Direito Administrativo	06 a 10

Nº de Inscrição

Nome do Candidato

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS.

Proibida a reprodução, ainda que parcial, sem a prévia autorização da FAURGS.



INSTRUÇÕES

- 01.** Este Caderno de Questões consta de 10 questões discursivas, assim distribuídas: **Direito Penal** – 05 questões e **Direito Administrativo** – 05 questões.
- 02.** Caso o Caderno de Questões esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal da sala a sua substituição.
- 03.** Utilize caneta esferográfica de cor azul ou preta para escrever suas respostas no Caderno de Respostas.
- 04.** Durante a realização da prova, não será permitido ao candidato, sob pena de sua exclusão do Concurso,
 - consultar material diverso do facultado no item 4.2.6 do Edital 08/2006;
 - utilizar telefone celular, *paggers*, fone de ouvido ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos;
 - comunicar-se com outro candidato ou terceiros;
 - ausentar-se da sala de provas, a não ser momentaneamente, em casos especiais, e na companhia de um fiscal.
- 05.** Será automaticamente eliminado do concurso o candidato que identificar a Prova Discursiva com sinais ou impressões que possam revelar a sua identidade, exceto nos campos específicos para esse fim nas capas dos Cadernos de Respostas.
- 06.** A duração da prova é de **04 horas**. Ao final desse prazo, os Cadernos de Respostas serão **imediatamente** recolhidos.
- 07.** Antes de decorridas **2** (duas) horas do início da prova, não será permitido ao candidato retirar-se, levando consigo os cadernos de prova.
- 08.** A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação da prova do candidato.

Boa Prova!



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA
POLÍCIA CIVIL
ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL

EDITAL Nº 08/2006
CONCURSO PÚBLICO DE INGRESSO NA CARREIRA DE

DELEGADO DE POLÍCIA

PROVA DISCURSIVA – FASE INTERMEDIÁRIA

- DIREITO PENAL -

NOTA

PARA USO DA FAURGS

Nº

PARA USO DA FAURGS

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS.

Proibida a reprodução, ainda que parcial, sem a prévia autorização da FAURGS.



Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul



EDITAL Nº 08/2006
CONCURSO PÚBLICO DE INGRESSO NA CARREIRA DE
DELEGADO DE POLÍCIA

Nº

PARA USO DA FAURGS

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

SÁBADO – 25 DE NOVEMBRO
- DIREITO PENAL -

Nome: _____

Assinatura: _____

- 01.** A fim de vingar-se de injustiças sofridas em seu antigo clube de futebol, o agente decidiu privar da liberdade a septuagenária genitora do principal jogador daquele time.

Atacando-a em plena via pública, na tarde de 23 de dezembro de 2003, sob a vigência da benigna lei penal brasileira (Decreto-lei 2.848 de 07/12/1940 - Código Penal Brasileiro), o agente desejava mantê-la em cativeiro durante as festas natalinas, conduzindo-a para uma distante e isolada propriedade rural, onde a deixou sob a guarda de sua companheira.

No dia 03 de janeiro de 2004, vigorou nova norma penal (Lei Federal 10.741 de 1º/10/2003 - Estatuto do Idoso), qualificando o referido tipo penal e, em consequência, tornando mais severa a sanção penal aplicável à espécie.

Após denúncia, a Polícia Judiciária localizou o cárcere e libertou a vítima, em 05 de janeiro de 2004, e prendeu a companheira do agente, que confessou a prática criminosa.

a) Analise os fatos descritos sob a égide do Direito Penal Brasileiro, classificando o citado fato delituoso, especificando a espécie de crime praticado e apurando as responsabilidades penais dos partícipes. Fundamente a sua resposta.

b) Doutrinariamente, avalie o quadro proposto frente ao Direito Penal Intertemporal, esclarecendo, de forma fundamentada, a situação de aplicabilidade da lei penal no tempo a partir do concurso explicitado.

-
- 02.** Movido pela vontade de manter relações sexuais com a linda jovem, o agente deu início ao namoro com a mesma, visando a seu intento.

Participando de uma extravagante festa noturna, o agente comprou um "tijolo de maconha" de pessoa desconhecida e, durante a madrugada, o casal rumou para um motel das proximidades onde, à vista da certidão de nascimento da jovem, foi impedida a sua entrada por ser menor de dezoito anos de idade.

Disposto a seduzir a acompanhante, o agente levou-a para o apartamento de um amigo que estava ausente. Lá, preparou cigarros de maconha que ambos fumaram, enquanto ingeriam bebidas alcoólicas e assistiam a filmes pornográficos repletos de cenas eróticas. Incitados, o agente praticou variados atos de libidinagem, até manter a conjunção carnal com a namorada, por diversas vezes, até o amanhecer, convencido de sua menoridade.

Dias após, a namorada procurou o agente afirmando que fizera o exame correspondente e que estava grávida. Depois de convencê-la à prática de aborto, o agente levou-a até uma parteira que procedeu a manobras abortivas ditas "infalíveis", além de administrar-lhe distintas substâncias abortivas.

Denunciados esses fatos, a Polícia Judiciária comprovou que o "tijolo de maconha" consistia em esterco bovino prensado sem qualquer poder tóxico, que a certidão de nascimento da mulher era falsa e ela já possuía 22 anos de idade no dia do fato e, ainda, a total impossibilidade genética dela suportar um estado gravídico, dadas as complicações congênitas que possuía.

a) Analise cada um dos fatos praticados pelo agente sob o panorama jurídico-criminal, classificando-os segundo a Doutrina Penal Brasileira. Fundamente a sua resposta.

b) Avalie pontualmente tais condutas, tendo por base a Tipicidade Penal, apresentando soluções fundamentadas para cada um dos comportamentos do agente.

-
- 03.** Durante costumeiro passeio pela praça central da cidade, a jovem mãe conduzia ao colo o seu filho com um ano de idade. Repentinamente, em meio a um dos bosques, a mulher constatou a aproximação de um cachorro *pitbull* em desabalada correria em sua direção. Desesperada, a genitora ainda tentou proteger a criança atrás de uma árvore, mas o cão avançou ferozmente contra o menino, passou a mordê-lo intensamente por todo o corpo, derrubou-o ao chão e prosseguiu a raivosa agressão.

Vendo a cena, um oficial do Exército que atravessava a praça sacou de sua pistola, desferiu três tiros contra o cachorro, matou-o instantaneamente e socorreu o ferido.

Com ferimentos disseminados, a criança foi internada no hospital em estado gravíssimo, sendo duvidosa sua sobrevivência.

Enquanto isso, a Polícia Judiciária localizou o proprietário do cão e comprovou que o mesmo arrebitara a corrente que o mantinha preso, pulara o muro da propriedade e fugira através da via pública. Inconformado com a morte de seu animal de estimação, o referido dono prometeu adotar providências indenizatórias.

a) Analise o quadro proposto sob o prisma jurídico-criminal, classificando as condutas típicas dos sujeitos ativos das ações praticadas, oferecendo proposições devidamente fundamentadas, de acordo com o Direito Penal Brasileiro.

b) Avalie o comportamento do autor dos disparos, com base na Ilícitude Penal, fundamentando todas as afirmações elaboradas.

04. Viciado em substâncias etílicas, o agente não possui profissão definida e nunca exerceu trabalho regular em seus 45 anos de vida, sobrevivendo às custas de sua cônjuge com quem possui um filho, atualmente com 20 anos de idade. A fim de custear seu vício, o agente arrombou a ventarola do veículo do filho e subtraiu o rádio toca-fitas, avaliado em R\$ 650,00, vendendo-o a um desconhecido. Um mês depois, o agente apropriou-se do relógio de ouro que seu filho lhe emprestara para uso momentâneo, vendendo-o por preço vil. Passados sessenta dias, o agente subtraiu dois cheques assinados pelo filho, retirando-os do talonário do jovem, preenchendo-os com o valor de R\$ 2.000,00 cada cãrtula e descontou-as na respectiva agência bancária, aponderando-se daquelas importâncias.

a) Analise a conduta jurídico-criminal do agente com base na Estrutura Analítica do Crime, classificando cada fato descrito segundo o Código Penal Brasileiro.

b) Especificamente, avalie a Culpabilidade a partir do comportamento do agente e descreva, fundamentadamente, as consequências jurídico-sancionais de cada um dos fatos praticados.

05. Exercendo a profissão de comerciante há mais de vinte anos, o agente vem suportando grave crise financeira em razão de enormes dívidas contraídas junto a bancos e a fornecedores.

Por ocasião do julgamento de rumoroso homicídio ocorrido na região, o referido comerciante foi sorteado como jurado, embora tentasse, sem êxito, safar-se da função.

Durante a sessão e a pretexto de ir ao banheiro, o agente adentrou sub-repticiamente no depósito judicial, abriu um armário cujo cadeado se encontrava com a chave e subtraiu duas pistolas apreendidas criminalmente avaliadas em R\$ 1.500,00 cada uma, além de dois revólveres calibres 38, pertencentes à guarda judiciária, no valor de R\$ 800,00 cada um.

Colocando as armas numa pasta que portava, o agente procedeu normalmente até o encerramento dos trabalhos e, dias, depois, vendeu o armamento e saldou parte de seus débitos comerciais.

a) Analise fundamentadamente os fatos descritos de acordo com a legislação penal brasileira, abordando sua espécie e natureza jurídico-criminal, além da responsabilidade penal do sujeito ativo.

b) Classifique a conduta do agente segundo a vigente legislação criminal do Brasil, motivando suas razões de convencimento.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA
POLÍCIA CIVIL
ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL

EDITAL Nº 08/2006
CONCURSO PÚBLICO DE INGRESSO NA CARREIRA DE

DELEGADO DE POLÍCIA

PROVA DISCURSIVA – FASE INTERMEDIÁRIA

- DIREITO ADMINISTRATIVO -

NOTA

PARA USO DA FAURGS

Nº

PARA USO DA FAURGS

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS.
Proibida a reprodução, ainda que parcial, sem a prévia autorização da FAURGS.



Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul



EDITAL Nº 08/2006
CONCURSO PÚBLICO DE INGRESSO NA CARREIRA DE
DELEGADO DE POLÍCIA

Nº

PARA USO DA FAURGS

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

SÁBADO – 25 DE NOVEMBRO
- DIREITO ADMINISTRATIVO -

Nome: _____

Assinatura: _____

06. Com relação à Administração Pública:

- a) Conceitue as seguintes categorias: concentração, desconcentração, centralização e descentralização.
- b) Relacionando à estrutura da Polícia Civil, exemplifique as categorias apresentadas no item **a**, com as seguintes hipóteses:
- emissão de passaportes, de 'porte de arma' etc;
 - Departamento de Investigações Criminais – DEIC;
 - 1ª Região Policial (Montenegro);
 - Delegacia de Uruguaiana;
 - atividade de segurança pública.

07. Como se expressa a segurança jurídica subjetiva (proteção à confiança) no plano constitucional e quais as principais situações em que se manifesta como princípio do Direito Administrativo?

08. Reportado um caso de violência sexual contra crianças numa escola particular no interior do RS, o procedimento de inquérito foi aberto, tendo o Delegado levado a matéria à imprensa, causando grave comoção social na comunidade onde teriam ocorrido, em tese, as atividades criminosas. Em reiteradas situações, o agente público teria dado entrevistas aos meios de comunicação, afirmando que se tratava, indiscutivelmente, de uma atuação criminosa e que havia farto elementos sobre os fatos. Em consequência, os suspeitos foram apedrejados e tiveram o seu estabelecimento incendiado. Encerrada a fase instrutória, o Juiz concluiu pela inexistência dos fatos narrados e pela inveracidade das informações prestadas pelo Delegado e transmitidas pela imprensa. Avalie a situação sob os prismas do exercício da função pública, da liberdade de informação e das modalidades de responsabilidade relacionadas ao Direito Administrativo.

09. Tu recebeste uma carta anônima que atribuía ao Delegado Regional estreita relação com conhecidos criminosos. O agente teria impedido o registro de fatos tipificados como crimes contra as respectivas pessoas mediante 'retribuição econômica' (doação de um automóvel importado por parte de um dos membros da organização criminosa). Depois de teres adotado as medidas cabíveis no âmbito da Polícia Civil, foste informado da falsidade de tais informações pelas autoridades competentes, sendo também reportada a possibilidade de que a carta tenha sido escrita por um servidor não identificado da própria delegacia de que és titular, uma vez que o papel tinha marcas de um carimbo de uso interno. Além disso, é sabido que o Delegado Regional atuou em vários processos contra um grupo de servidores vinculado à própria organização criminosa mencionada na carta. No exercício das tuas atribuições, sintetiza o rol de providências administrativas disponíveis para verificação de eventual participação de um servidor subordinado e o tratamento legal em caso de autoria.

10. Analise a atuação do Conselho Superior de Polícia na esfera disciplinar, com ênfase para a instauração, a instrução e o julgamento de procedimentos administrativos, bem como para a aplicação de penalidades.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA
POLÍCIA CIVIL
ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL

EDITAL Nº 08/2006

CONCURSO PÚBLICO DE INGRESSO
NA CARREIRA DE

DELEGADO DE POLÍCIA

PROVA DISCURSIVA – FASE INTERMEDIÁRIA
DOMINGO – 26 DE NOVEMBRO

– MANHÃ –

MATÉRIA	QUESTÕES
Direito Processual Penal	11 a 15
Direito Constitucional	16 a 20

Nº de Inscrição

Nome do Candidato

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS.

Proibida a reprodução, ainda que parcial, sem a prévia autorização da FAURGS.



Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul



INSTRUÇÕES

- 01.** Este Caderno de Questões consta de 10 questões discursivas, assim distribuídas: **Direito Processual Penal** – 05 questões e **Direito Constitucional** – 05 questões.
- 02.** Caso o Caderno de Questões esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal da sala a sua substituição.
- 03.** Utilize caneta esferográfica de cor azul ou preta para escrever suas respostas no Caderno de Respostas.
- 04.** Durante a realização da prova, não será permitido ao candidato, sob pena de sua exclusão do Concurso,
 - consultar material diverso do facultado no item 4.2.6 do Edital 08/2006;
 - utilizar telefone celular, *paggers*, fone de ouvido ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos;
 - comunicar-se com outro candidato ou terceiros;
 - ausentar-se da sala de provas, a não ser momentaneamente, em casos especiais, e na companhia de um fiscal.
- 05.** Será automaticamente eliminado do concurso o candidato que identificar a Prova Discursiva com sinais ou impressões que possam revelar a sua identidade, exceto nos campos específicos para esse fim nas capas dos Cadernos de Respostas.
- 06.** A duração da prova é de **04 horas**. Ao final desse prazo, os Cadernos de Respostas serão **imediatamente** recolhidos.
- 07.** Antes de decorridas **2** (duas) horas do início da prova, não será permitido ao candidato retirar-se, levando consigo os cadernos de prova.
- 08.** A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação da prova do candidato.

Boa Prova!

11. Diante do disposto no artigo 2º do Código de Processo Penal, referente à aplicação imediata da lei processual penal, questiona-se sobre a aplicabilidade do artigo 366 do referido Código quanto a fatos ocorridos antes da edição da Lei nº 9.271/96 que estabeleceu a atual redação desse artigo.

12. Há julgados de nossos tribunais que salientam o efeito da prisão em flagrante, afirmando que "o flagrante prende por si mesmo". Passa-se, então, a questionar o seguinte: realizada prisão em flagrante, devidamente homologada pela autoridade judiciária, e reconhecida pelo juiz a presença de uma das condições previstas pelo artigo 312 do Código de Processo Penal, deve o magistrado fundamentar sua decisão de manter a custódia do preso? De outra parte, se reconhecer que o agente praticou o fato sob guarda de uma das excludentes de ilicitude (ou anti-juridicidade), deve fundamentar o despacho que concede liberdade provisória? Indique os fundamentos legais e constitucionais, se aplicáveis.

13. Antônio é policial civil e atua na Delegacia de Repressão a Roubos. No sentido de prender assaltante que atua no centro da Capital, passa a caminhar por locais perigosos portando uma pasta executiva, sendo acompanhado de perto por outros policiais disfarçados. Antônio é abordado pelo suspeito, armado com revólver, que acaba sendo preso pelos demais policiais. Pergunta-se:

De que flagrante se trata? Deverá o delegado de polícia lavrar o auto de prisão em flagrante?

14. O Ministério Público, em razão de denúncias anônimas noticiando o tráfico de entorpecentes em determinado bairro da Capital, requisitou à autoridade policial instauração de inquérito para apurar o delito e esclarecer sua autoria. O delegado de polícia, por sua vez, ao receber a requisição do Ministério Público, optou por iniciar procedimento de Verificação de Procedência das Informações (VPI). Realizou, então, diligências no local do fato, confirmando as suspeitas iniciais, pois constatou movimentação compatível com a atividade de comércio de entorpecentes no endereço investigado. Ainda, junto a vizinhos – que não quiseram se identificar por temerem represálias –, apurou que o "patrão" do tráfico seria um indivíduo conhecido por "Bolacha", que efetuava suas negociações ilícitas pelo telefone celular nº xxxxxx. De posse dessas informações, circunstanciadas em relatório de investigações, o delegado de polícia representou em juízo pela quebra de sigilo da referida linha telefônica, a fim de obter os extratos das ligações recebidas e efetuadas e os dados cadastrais de seu titular, bem como pela escuta telefônica, nos termos da Lei nº 9296/96. O Juiz de Direito, ao examinar os pedidos, indeferiu a quebra de sigilo e a escuta telefônica, por não ter sido instaurado o respectivo inquérito policial.

Responda as questões abaixo, justificando suas respostas.

a) Pode o delegado de polícia recusar-se a cumprir requisição de inquérito por membro do Ministério Público? Em caso afirmativo, em que situação?

b) No caso em exame, agiu com acerto o magistrado ao indeferir os pedidos de quebra de sigilo e escuta telefônica, em razão da não instauração de inquérito policial?

c) Em que consiste o procedimento de Verificação de Procedência das Informações (VPI) e quais os seus limites?

15. Em data de 26 de outubro de 2006, o gerente de um posto de gasolina ofereceu *notitia criminis* à Polícia Civil em razão de haver recebido um cheque emitido por X, sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado, como forma de pagamento à vista pelos serviços prestados em seu estabelecimento comercial. Instaurado o inquérito policial, pouco antes de sua conclusão, a autoridade investigante constatou que X era Juiz de Direito. Em razão disso, determinou a remessa do inquérito policial ao Presidente do Tribunal de Justiça para a tomada das providências cabíveis. Na semana seguinte, aquele mesmo gerente ofereceu nova *notitia criminis* à Polícia Civil, em razão de idêntico fato, que agora foi praticado por Y. O inquérito policial foi instaurado e concluído, sendo que, no momento do indiciamento de Y, a autoridade policial constatou que o investigado era Promotor de Justiça. Ciente da profissão do investigado, a autoridade policial redigiu normalmente seu relatório final, indiciando Y pela prática de crime contra o patrimônio.

Diante dos fatos apresentados, está correta a conduta da autoridade policial de remeter ao Presidente do Tribunal de Justiça o inquérito policial instaurado contra X, levando-se em consideração que o crime praticado não decorreu do exercício de sua função? Responda, fundamentadamente, em até 10 linhas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

16. Considerando o regime político instituído pela Constituição da República, inclusive os seus valores e os seus princípios técnicos-jurídicos, proponha um conceito para *Estado Democrático de Direito*.
-
17. Tendo em vista a repartição constitucional de competências vigente na Federação brasileira, responda as seguintes questões:
- Em que consistem poderes privativos e poderes compartilhados?
 - Como essas duas espécies de poderes se subdividem?
 - A partir dessas subdivisões, indique dois exemplos de poderes que se incluam em cada uma delas.
-
18. As atribuições do Poder Executivo costumam ser classificadas em, pelo menos, três áreas de funções políticas, que, em formas de organização de Governo diferentes da brasileira, podem estar conferidas a autoridades distintas. Explique quais são essas áreas e aponte uma atribuição privativa do Presidente da República (Art. 84 da Constituição) correspondente a cada uma delas.
-
19. Com base na Constituição da República, é possível distinguir segurança pública e segurança jurídica? Fundamente a sua resposta.
-
20. O Título II da Constituição da República consagra uma concepção de direitos denominados de *fundamentais*, formada ao longo de etapas sucessivas da história ocidental. Pergunta-se:
- Quais as espécies de direitos fundamentais declaradas nesse Título II?
 - Quais as características essenciais que definem a fisionomia de cada uma dessas espécies, levando em conta, principalmente, as relações da pessoa com o Estado?
 - A partir dessas espécies, indique dois exemplos de direitos que se incluam em cada uma delas.